

**PALAVRAS EM BUSCA DE CORPOS E TERRAS
IDENTIDADE, IDENTIFICAÇÃO, POLÍTICAS DE IDENTIDADE
- LEITURAS DE ESQUERDAS -**

Mary Garcia Castro*

*É preciso abrir as palavras, rachar as coisas, para que
se liberem vetores, que são os da terra.*
Gilles Deleuze (In: Deleuze e Peibart, 1994)

RESUMO: Neste texto discute-se os conceitos de identidades, identificações e políticas de identidades, ressaltando posições de autores marxistas e/ou à esquerda em terreno hoje considerado como “descoberto” por autores pós-modernos. Destaca-se a potencialidade de autores que apostam em “des-identificações” e “políticas de localização”, relaciona-se o debate sobre políticas de identidade aos sujeitos históricos modelados pelas relações de produção, as classes sociais. A intenção é indicar, de forma panorâmica, a diversidade de vetores, mesmo à esquerda, nos debates sobre políticas de identidade, ressaltando o caso dos EEUU, as formas de acessar o debate por autoras afro-latinas, frisando a importância de terras e corpos, datações, acompanhamento de processos e localizações.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, movimentos sociais, esquerda, América Latina, políticas de identidade.

MARGENS E TEXTO

Na sétima linha da novela de Garcia Marques (1967, p. 7),
“Cem Anos de Solidão”, lê-se:

O mundo era tão recente, que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo.

* Socióloga, pesquisadora da Universidade Federal da Bahia, Centro de Recursos Humanos e pesquisadora associada da Universidade Estadual de Campinas, Centro de Estudos de Migrações Internacionais-Brasil (Projeto Pronex) e bolsista do CNPq. Este texto integra estudos sobre Políticas de Identidade & Identidades como Políticas, projeto integrante do Projeto Pronex-UNICAMP/CEMI-UFBA/CRH.

Esse era o período da Gênese. Em outro período de um recorrido para o Apocalipse, o que tomou seis gerações, a cidade de Macondo foi atacada por duas pragas: a da insônia e a da perda da memória – *el olvido*. As pragas foram trazidas por uma mulher, Rebeca. Para evitar a perda da memória, coisas e sentimentos foram rotulados com seus respectivos nomes e significados, explicando para que elas servissem. Foi quando os povos da terra se deram conta da possibilidade de outro problema: um dia as coisas seriam lembradas pelas inscrições, pelas etiquetas, pelo que se havia escrito sobre elas, mas não pelos seus sentidos, por seus objetivos, ou seja, para o que elas haviam servido.

Foi um velho cigano de pele escura, Melquiades, com “a ajuda” de uma mulher indígena, sem nome, quem salvou a cidade de Macondo das duas pragas, servindo uma poção mágica, de suas alquimias, que combinava ingredientes múltiplos e, contando, a mulher de povo originário, histórias para Rebeca. A poção fez com que as pessoas retomassem suas lembranças, e as histórias, que Rebeca sonhasse com futuros, e assim se livraram da perda de memória – *recuerdos contra el olvido*.

O texto de Garcia Marquez, instituidor de uma identidade latino-americana (ou de uma entre outras) ou da identificação com culturas de raízes, ou, ainda, da recusa a identificações com a cultura da colonização, flutua nas entre linhas da minha discussão (mais pedestre e abreviada), sobre identidades, identificações e políticas de identidades, ressaltando posições de autores marxistas e à esquerda, em terreno que hoje, se diz ‘descoberto’ por autores pós-modernos.

Tenho, como agenda oculta, neste texto, primeiramente a preocupação com as tênues fronteiras entre possibilidades e riscos de se

enquadrar movimentos sociais, e.g., de corte feminista, como movimentos por “sujeitos descentralizados”, ou como políticas de alcance imediato e limitadas à igualdade, à inclusão, ou seja, políticas afins aos direitos na ordem constituída.¹

Se outros sujeitos que não o clássico, aquele modelado por relações sociais na produção de bens e riquezas para o capital, são de fato transversais às posições de classe, isto não significa que eles sejam necessariamente extraterrestres, ou que parem desterritorializados do cenário da economia política, da realização de um sistema de classe, constituindo-se sem identificações quanto aos nortes da economia política, e, neste caso, apenas auto-referenciados a seus traços constituintes, ou seja, restritos a políticas de identidades autocontidas. Por outro lado, nem todos os chamados ‘novos sujeitos’ desestabilizam ou questionam o capitalismo, mas, ao contrário, muitas políticas de identidade são facilmente incluídas nas agendas de estados neoliberais. Até quando e para quantos/as, ainda é uma questão em aberto.

Outra intenção deste artigo é resgatar lugares e processos no debate em torno de políticas de identidades, buscando terra em diversos

¹ No caso do feminismo, tal risco tem marcas epistemológicas claras. Por exemplo, no Dicionário do Pensamento Social do Século XX, segundo Michele Barrett “o feminismo pode ser definido como a defesa de direitos iguais para mulheres e homens, acompanhada do compromisso de melhorar a posição da mulher na sociedade” (Barret, 1996).

Recusando contentar-se com tal horizonte, igualdade e inclusão, por outras (in)definições, potencializam-se engendramentos múltiplos. Por exemplo, Lauretis (1994), autora feminista, que lida com a imagética, gênero e cinema, insinua a perspectiva de lugares engendrados, criticando a acomodação conceitual de correntes feministas que, ancorando-se no conceito de gênero como construção social, perdem o olhar sobre a dinâmica, fixando-se em representações, e omitem a nomeação de poderes múltiplos, enfatizando as diferenças sexuais, tendo o homem, um universal, como parâmetro, e que, no discurso sobre sexualidade, não questionariam o contrato heterossexual. Segundo sua proposta por um potencial epistemológico radical, o sujeito no feminismo seria um vir a se constituir, engendrando-se não apenas pela diferença sexual, mas também nas relações por conta de raça e classe, ou seja, “um sujeito múltiplo, em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido” (Lauretis, 1994, p. 208. In: Castro, 1997, p. 159 – ver: Castro, 1997, para debate sobre feminismos e feminismos).

autores, e aterrizando no caso dos EEUU, ainda que em pouso também ligeiro, onde, segundo Kaufmann (1999), o enfoque de políticas de identidade, no período de guerra por direitos civis (finais dos anos 60), contribuiu para enriquecer perspectivas de esquerda, como as lutas dos negros e das mulheres, por exemplo; e onde, hoje, estar-se-ia tendendo a essencialismos, intolerâncias, convertendo-se tais políticas em antipolíticas de identidade.

Voltando aos sentidos sugeridos pela história de Macondo, para o debate que enuncio:

Primeiro, o trecho pinçado da novela de Garcia Marques chama a atenção para a historicidade dos conceitos, como eles deveriam estar ancorados na materialidade de tempos e espaços, considerando-se, portanto, a mediação das relações sociais e dos jogos de poder. Em muitos discursos sobre identidade, pouco se questiona sobre os parâmetros, contextos e histórias em que se a-porta ou se de-(s)-cola o conceito.²

Quando se relaciona identidade a projetos, a identificações, e se tenta sublinhar realizações da política, estrutura de poderes, emergem muitas questões, que, se não podem ser exploradas em discursos, exigindo mais observância de práticas, deveriam ao menos ser enunciadas.

² Raïter e Muñoz (2000), ao defender a singularidade do discurso Zapatista (ver também artigo desses autores neste número), ilustram o deslocamento de algumas análises, quando lhes falta corpo/terra, ao criticarem o conceito de “significante vazio” proposto por Laclau. Simplificando a crítica daqueles autores, que passa por conhecimentos no campo de análise de discurso e lingüística, ressalto sua observação de que: “Um significante no está vacío porque está conformado por fonemas que remitem a su imagen acustica: si Laclau se refiere a um significante sin significado, simplemente no existe, (fuera de la precisa función que cumple en el dispositivo teórico lacaniano)...Si um ‘significante vacío’ remitiera a ‘um ausente en la formación social’ pasible de ser ‘llenado’ tendría el valor negativo de ser lo que los otros signos no son, es decir no puede estar vacío de significado pues ya está definido como ausente.... En la producción discursiva zapatista ‘democracia’ significa ‘mandar obedeciendo’ por oposición a ‘mandar mandando’ ” (Raïter e Muñoz, 2000, p. 15).

Não respondo às perguntas que infernizaram a elaboração destas páginas. Comparto angústias, e.g.: Identidade por quem nomeada como tal e para que fins? E quem é “o outro” da identidade e qual a identidade “do outro”, implícito? Em que âmbito de relações e de jogos de poder, face a outras identidades, afirmam-se ou negociam-se identidades? Em que processos, em quais histórias, movendo-se por que projetos e atos identifica-se uma identidade coletiva? Qual a validade da nomeação de uma identidade em um dado contexto, quando se transita por vários? E como as trajetórias e as mudanças interferem no tempo? Em que medida as identidades correspondem a identificações – processos – ou, ao contrário, as identificações não seriam dinâmicas que se alimentam da superação de identidades ou por não-identidades?

Um segundo bloco temático, sugerido pelo trecho de Garcia Marques quando fala da separação entre nomes e coisas, diz respeito aos significados e conceitos. Ou seja, como esses podem não estar claramente ligados uns aos outros ou apontar para projetos e objetivos, mas serem usados para tais fins. Tal uso indevido alerta para a importância de se cultivar certa insônia, especialmente em tempos em que bandeiras de movimentos progressistas e de esquerda são reapropriados e re-significados por diferentes agências, como é o caso dos princípios de cidadania, sociedade civil, direitos humanos, direitos das mulheres, democracia, participação, associativismo, redes, e, claro, identidades.

O uso de tal vocabulário estabelece uma língua franca que camufla significados, interesses e funções. Pode ser parte de um discurso orientado para a defesa do mercado, metamorfoseando políticas em defesa de grupos e temas específicos, políticas de identidade de re-

ferências fragmentadas, boas para reivindicar direitos, leis e programas, mas não necessariamente para implementar transformações ou para a emergência de não-identidades, ou de identidades libertárias, coletivas e que possam endereçar-se à humanidade. E, quando se trata de esquerda, como reivindica Hobsbawn (1996), o projeto é, em última análise, para a humanidade, remodelado e referenciado no embate entre classes, o que, por sua vez, não autoriza leituras reducionistas, ou a perda de referências às múltiplas dinâmicas de subordinação dos agentes.

A ambigüidade conceitual parece ter mais vigência na literatura contemporânea, quando retoma deslumbramentos de finais da década de 70, como os movimentos sociais, hoje mais referidos mornamente (sinais de tempos de recusas das paixões) a “identidades coletivas”. Em tais referências, normalmente, não se alerta para heterogeneidade de propósitos, projetos e diversidade quanto ao formato institucional inscrita nessas identidades coletivas.

Um terceiro bloco temático sugerido pelas histórias de Macondo, que apesar de não desenvolver aqui para também nas entre linhas deste texto, diz respeito à relação entre políticas de identidade, sujeitos de tais políticas (atores/atrizes) e projetos desses, dessas, ou seja, a questão dos movimentos sociais.

Como bem observa Doimo em pesquisa sobre movimentos sociais e participação política pós anos 70, no Brasil, “movimento social é uma categoria controvertida”. Estaríamos, segundo o autor, “em crise do conceito essencialista de movimento social” (Doimo, 1995, *apud* Abramovay e Castro, 1998), com uma tendência a substituir o conceito de popular pelo de ‘sociedade civil organizada’. Em tal “sociedade”, preferir-se-iam processos de negociação, participação e parceria com o Estado a uma “negatividade indiscriminada”. Ou seja, a originária marca

de movimentos identificados como grupos de pressão passa a dar lugar a movimentos parceiros, associados a poderes, ou voltados a uma pálida orientação por cidadania. Nos discursos desses movimentos, em que a qualificação de popular ou de base é deixada de lado, segundo Doimo, falar-se-ia menos em “democracia de base e mais em ‘democracia como valor universal’”, “menos em ‘movimento popular’ e mais em ‘movimentos sociais organizados’”.

Adverte Sanchis (*apud* Abramovay e Castro, 1998), “o ‘povo’ evaporou-se dos movimentos ‘populares’”. Então, quando Laclau (1994), discutindo políticas de identidades, preconiza, por exemplo, a potencialidade dos movimentos a partir de causas particularizadas para uma “democracia radical”,³ de múltiplos focos e diversos sujeitos, e a possibilidade de uma bem intencionada aliança, rede entre movimentos sociais, resta, de um lado, a questão do vazio das referências concretas – às terras, ao corpo, ao contexto, em termos da correlação de força com “outros” antagônicos e também à luta por legitimidade hegemônica entre movimentos, entre entidades em movimentos, e, de outro, a historicidade do conceito de democracia, particularmente em países como o Brasil, onde o autoritarismo se filtra em distintas instituições, inclusive nas organizações dos movimentos sociais (Castro, 1998a e 1998b), resvalando, inclusive, para corporativismos (tão afins às políticas de identidade). Terras em que noções como a da ‘identidade nacional’ tendem mais a excluir que a somar (e como somar de-

³ “My last remark concerns the question of democratic possibilities opened by the ece of new particularisms... On the one hand, any political orer is a concrete form of organization of the community; on the other, it incarnates, against radical disorganization, the principle of order and organization as such....Whether the proliferation of political identities in the contemporary world will lead to a deepening of the logic inherent in the democratic process, or whether it will lead, as some predict, to an implosion of the social and to a radically deregulated society that will cerrate the terrain for authoritarian solutions, remains to be seen. But whatever the outcome, this is the question that sets the agenda for democratic politics in the decades to come.” (Laclau, 1994, p. 5).

siguais?), não sendo por acaso que desde a colonização até hoje, sujeitos como os afro-descendentes e os povos originários, os nomeados pelos outro/a [s], negros e índios, estejam submetidos a sistemas de dominação, passando pela cultura, a política, a economia.

A recorrência a referências identitárias diversas, por distintos métodos – já que nem todas as experiências se contentam em perfilar particularismos – é destacada por autores das mais diversas correntes, como questão axial no panorama político contemporâneo, merecendo análises e debates.⁴ Contudo não há cenários claros, nem chão para vaticinar a morte de sujeitos clássicos, como as classes sociais, a classe operária, se o debate se volta para o questionamento da ordem capitalista (Aronowitz, 1998), crítica mais detalhada, nos textos de autores marxistas a seguir referidos. Outros autores, também à esquerda, ressaltam a importância dos nexos entre cultura e política, não descartando necessariamente as políticas de identidade, mas alertando sobre qualificações quanto a identificações e processos, que podem, inclusive, comportar negações de identidades limitadas. Entre esses, destaco a produção de autoras latinas (latino-americanas nos EEUU) também aqui brevemente referidas.

Mais do que mapeamento do debate à esquerda sobre identidades e políticas, a intenção deste texto é indicar de forma panorâmica a diversidade de vetores e, ao destacar o caso dos EEUU, recorrendo a Kauffman, frisar, em tal debate, a importância de referenciais como terra e corpo, datações, acompanhamento de processos e localizações.

⁴ Ver na nota 2, chamada de Laclau nesse sentido.

SOBRE POLÍTICAS DE IDENTIDADE E AS ESQUERDAS – DEBATES

Recorrendo a raiz latina (*idem*) do conceito de identidade, em dicionário sobre o pensamento social do século XX, destacam-se, originalmente, as implicações entre “igualdade e continuidade”, ou seja, o exame da “permanência em meio à mudança e a unidade em meio à diversidade” (Plummer, 1996, p. 369). No campo do pensamento social, “em período moderno”, a difusão do conceito mais se prenderia à “ascensão do individualismo”, tendo referências sistemáticas em textos de John Locke e David Hume. Plummer também alerta para a re-territorialização do conceito, que ganharia uso popular no século XX, “especialmente nos anos 50, na América do Norte – sendo obras de referência, nesse sentido, o livro “*The Lonely Crowd*”, de Riesman *et al.* (1950) e “*Identity and Anxiety*”, de Stein *et al.* (1960). Tais autores, como outros do período, enfatizariam a “crescente perda de significados na sociedade de massa”. Nos EEUU, nos anos 60, a questão da identidade torna-se referência para debates sobre movimentos de afirmação dos “negros, judeus e minorias religiosas.... nos anos 70, Robert Coles afirmaria que a palavra era o ‘mais puro dos clichês’”(Plummer, 1996, p. 369).

Se nas ciências sociais o que fica conhecido como ‘teoria da identidade’ passa a ser objeto privilegiado do interacionismo simbólico⁵ (anos 60), quando a referência é (também nos anos 60) ‘política da identidade’, outras re-corporificações ocorreriam, ainda seguindo a história da noção nas ciências sociais, traçada por Plummer:

⁵ “...surge a partir da teoria pragmática do “eu”. Para William James a identidade se revela quando podemos dizer: ‘Este é o verdadeiro eu’ (*apud* Ericson, 1968)...Nas obras de Erving Goffman e Peter Berger, a identidade é encarada como ‘se outorgada e socialmente transformada’(Berger, 1966, p. 116) – Plummer, Outhwaite e Bottomore, 1996, p. 369).

A política de identidade tornou-se cada vez mais proeminente dos anos 60 em diante, e está particularmente ligada a minorias étnicas e religiosas, bem como a movimentos feministas, lésbicos e gays. Usa-se tacitamente o modelo de Marx de consciência de classe, no qual um grupo subordinado desenvolve uma percepção autoconsciente de sua posição e se galvaniza para a ação política (a diferenciação de Marx entre uma classe em si e uma classe para si). Existe aqui um claro movimento de uma política com base nas classes para um conjunto mais amplo de alianças. Experiências como as da opressão a negros, homossexuais ou mulheres ganham destaque como o foco central para se recriar uma identidade grupal distinta – como a dos negros, dos gays ou das feministas. Em torno desta desenvolve-se uma forte cultura de apoio e uma análise política como a tomar forma, uma contracultura. Existe, a partir daí, uma dialética entre cultura, política e identidade que promove mudanças sociais (Plummer, 1996, p. 370).

Em que pesem reducionismos de uma trajetória epistemológica, própria de dicionários sobre processos sociais e o conhecimento, a citação anterior revela herança de modernidade iluminista, advertindo contra a idéia de uma modelagem única sobre o que se entende por políticas de identidade, contra a falta de memória sobre recorridos conceituais e marcas de conhecimento – práticas que muitos autores pretendem descartar ao traçarem cortes rígidos entre movimentos sociais por identidades e posturas marxistas. Por outro lado, quando o corpo se individualiza, e as opressões se diversificam, passando pela economia política (mas não se limitando a...), apontando, como bem destaca Plummer, para “uma dialética entre cultura, política e identidade”, é de se esperar desconfortos entre autores marxistas.

Souza Santos (1994), entre os desafios contemporâneos à imaginação sociológica (e, acrescento, às esquerdas), relaciona a ênfase do “regresso ao indivíduo” no discurso sobre identidades. Tal movimento, segundo Souza Santos (2000, p. 282), estaria,

...em aparente contradição, o indivíduo parece menos individual que nunca, a sua vida nunca foi tão pública, a sua vida sexual nunca foi

tão codificada, a sua liberdade de expressão nunca foi tão inaudível e tão sujeita a critérios de correção política, a sua liberdade de escolha nunca foi tão derivada das escolhas feitas por outros antes deles.

Hobsbawn (1996), em artigo com o sugestivo título “A Política de Identidade e a Esquerda”, considera que os movimentos étnico-nacionais⁶ ilustrariam os problemas comuns da defesa de políticas de identidade no absoluto. Hobsbawn ressalta o fato de a ênfase em identidades tornar-se mais visível a partir dos anos 70, e ter especial força na produção intelectual norte-americana, o que ele atribui à preocupação com a imigração e expansão de ética individualista. Destaca, também, desse período,-- a visibilidade e fortalecimento de modernas políticas de identidade relacionadas ao movimento por direitos dos negros, das mulheres e o movimento gay.

Porém, se uma vertente que analisa o crescimento das políticas de identidade estaria dada por atenção a ações de sujeitos coletivos – e.g., os negros e as mulheres – que apelam para o reconhecimento da diversificação das relações sociais e as metamorfoses do poder, vale resgatar de Hobsbawn sua análise sobre em que tempos históricos tais movimentos encontraram eco/chão.

El surgimiento de la política de la identidad es una consecuencia de los levantamientos y transformaciones extraordinariamente rápidos y profundos de la sociedad humana en el tercer cuarto de este siglo que yo he tratado de describir y de comprender en la segunda parte de mi historia del ‘Short Twentieth Century’ en ‘The Age of Extremes’. Esta no es sólo mi opinión. El sociólogo estadounidense Daniel Bell, por ejemplo, en 1973 argumentaba que ‘la desintegración de las estructuras tradicionales de autoridad y de las unidades sociales afectivas previas – históricamente nación y clase daban mayor realce al vínculo étnico’.

En realidad, nosotros sabemos que tanto la nación-estado como los antiguos partidos políticos y movimientos basados en la clase se han debilitado a consecuencia de esas transformaciones. Es más,

⁶ Sua referência geográfica é a Europa dos anos 90.

hemos vivido – y vivimos – una ‘revolución cultural’ gigantesca, ‘una extraordinaria disolución de normas sociales tradicionales, tejidos y valores, que dejó a tantos habitantes del mundo desarrollado en la orfandad y la desolación’. Si me permiten seguir citándome: ‘Nunca se hizo uso de la palabra ‘comunidad’ más indiscriminada y vácuamente como en las décadas en las que las comunidades en el sentido sociológico se volvieron difíciles de encontrar en la vida real’. Hombres y mujeres buscan gupos a los que pertenecer, en el que nada más es seguro. Y lo encuentran en grupo de identidad. (Hobsbawn, 1996, p. 86).

Hobsbawn defende que o projeto político “da esquerda é universalista, é para todos os seres humanos”. Portanto, se os movimentos identitários, além de reivindicações no plano de direitos humanos sensíveis a necessidades específicas, constituem-se em políticas auto-referidas, haveria rupturas nos programas de esquerda por interesses comuns, em que pesem as estratégias de alianças e coalizões.

Los grupos de identidad no eran ciertamente centrales para la izquierda. Basicamente, los movimientos políticos y sociales de masas de la izquierda, es decir, los inspirados en las revoluciones estadounidenses y francesa y en el socialismo, eran en realidad coaliciones o alianzas de grupos, pero no se mantenían unidas por metas que fueran específicas al grupo, sino por causas grandes y universales a través de las cuales cada grupo creía que sus metas particulares se podían realizar: la democracia, la república, el socialismo, el comunismo o lo que fuera. Nuestro próprio Partido Laborista em sus grandes momentos fue tanto el partido de una clase como, entre otras cosas, de las naciones minoritarias y de las comunidades inmigrantes de los británicos continentales. Era todo esto porque era un partido de la igualdad y la justicia social. (Hobsbawn, 1996, p. 92).

Referindo-se à história do Partido Trabalhista, na Inglaterra, à dinâmica de identificações e suas perdas, entre sindicato, partido e reivindicações populares, e, entre essas e os projetos por mudanças sociais, ilustra Hobsbawn um processo de perda de legitimidade identitária de sujeitos ou de agências, relativizando a força de políticas de identidade não ancoradas na vontade de muitos.

A depender da referência, os sindicatos seriam identificados – o que faz Hobsbawn (1996) – como uma agência de políticas de identidade – pelos direitos trabalhistas dos trabalhadores – que teriam acolhida privilegiada em um partido com uma cobertura maior de constituintes como o ‘Partido Laborista’, de corte socialista, não pelas características, propriedades éticas e necessidades dos trabalhadores mas porque seriam “*el organo historico*” de sujeitos (a classe operária) “necessários” para mudar a sociedade. “De modo que, fuera quien fuera uno, si se queria el futuro habia que estar por el movimiento obrero” (Hobsbawn, 1996, p. 93).

Já nos anos 70, os trabalhadores da indústria, na Inglaterra, teriam perdido condições de mobilização e de representar ou se apresentar como agências que apontassem para futuros, estimulando mudanças. Um sindicalismo ‘economicista’ teria isolado trabalhadores, jogado uns contra outros por rivalidades inter-setoriais, e não mais estabeleceria pontes com interesses de outros setores, dando margem ao fortalecimento do conservadorismo Thatcheriano. Haveria, portanto, diversas modelações de políticas de identidade, com repercussões e capacidades de aglutinações diferentes.

Também com uma postura crítica, contudo mais favorável às políticas de identidades de/para sujeitos diversos, como as mulheres, os imigrantes e os negros, Aronowitz (1992), referindo-se a história recente (o pós Segunda Guerra nos EEUU), em livro intitulado *Políticas de identidade*, nota como no movimento sindical selecionaram-se referências na constituição de políticas, prevalecendo símbolos nacionais em detrimento da incorporação de raça, etnicidade e gênero, e que tal eleição teria sido não por “privilegiamento” de uma perspectiva de classe (economicismo), mas por que tal perspectiva há muito, e em especial nas

duas últimas décadas, não teria agências claras. Ou seja, no sindicalismo norte-americano, recusava-se a acolhida de uma agenda em defesa de trabalhadores negros e latinos por corporativismos (e.g., a defesa de trabalhadores especializados) e por forte ideologia anticomunista e alianças com o Partido Democrata, recusando-se, também, uma orientação de classe em favor de um sindicalismo de negociação.

Por outro lado, Aronowitz, indiretamente, toca em tema sublinhado por distintos autores no debate sobre políticas de identidades, qual seja, a questão da representação em nome de “comunalidades” ou das diferenças, ou seja, em nome de identidades e de identificações em alguns planos, e, por aí, o ocultamento de um sistema de classe – classe como cenário de realização da economia política capitalista, classe como agência de transformação em embates, lutas de classe.

O que vem ocorrendo, no último quarto de século [nos EEUU] é que, assumindo-se que a classe trabalhadora compartilha uma cultura material comum a várias classes, remove-se o debate sobre classe, tanto política como ideologicamente dos estudos sobre modernidade, e subalternidade – pelo menos nas sociedades capitalistas – e assim se substitui classe por novas identidades ou por concepções mais afins a padrões de uma classe média que emerge como lugar de agentes políticos novos, mas a seu favor. (Aronowitz, 1992: ix).

Aronowitz (1992 e 1998), contudo, defende a importância de políticas de identidade, “movimentos de lutas contra as violências contra os negros e contra as mulheres, por exemplo”, mas não compartilha postura que defenda novas agências, substitutas das classes sociais. Insiste, assim, na importância dos sindicatos, por exemplo, mas inclinando-se para a chamada orientação do “novo sindicalismo” ou do “sindicalismo social”, na fusão entre práticas de movimentos sociais e sindicalismo, e por políticas sobre identidades (no plural) como portos multiplicados de crítica social que não necessariamente se enquadrassem como “a a-

gência”. Insinua, portanto, resgatando Gramsci (1966) a importância de frentes contra-hegemônicas compostas por vários movimentos, destacando, entretanto, a classe operária – uma classe não mais homogênea, nem necessariamente localizada em setores de vanguarda, diversa quanto a lugares ou não-lugares na produção de bens e riqueza, mas a que “mais se destacaria” quanto à potencialidade de enfrentamento da “outra”, a classe em situação de dominação, por uma identidade construída em tal enfrentamento (entre classes).

Tanto em Hobsbawn (1996), como em Aronowitz (1998) há a preocupação, não de enunciar a classe como agência-sujeito, por “economicismos”, ou depreciação de outros sistemas de dominação ou de outras linguagens de rebelião também modeladas nas relações sociais, mas de identificar quais as agências-sujeitos teriam maior potencialidade de desafiar o capitalismo. Enquanto Aronowitz insiste na potencialidade de agências do tipo sindicato e, em especial, do tipo partido, Hobsbawn (1996 e 1994) não disfarça um ceticismo, a dúvida quanto a sujeitos capazes de se oporem à “barbárie do capitalismo contemporâneo”, ainda que ressalte que movimentos como o das mulheres e por ecologia constituíram-se nas mais importantes “revoluções culturais” do século (Hobsbawn, 1994).

Aronowitz afasta-se, como outros marxistas contemporâneos preocupados na relação entre economia política e cultura, de autores que tendem a um culturalismo político, como Laclau (1996) e Mouffe (1994) – autores significativos no debate por políticas de identidade.⁷

Para Aronowitz, ao se associarem a uma perspectiva pós-estruturalista e privilegiarem práticas discursivas, Laclau e Mouffe teri-

⁷ Ver referências a Laclau In: Pinto, neste número do Caderno CRH.

am uma leitura que levaria à “morte do sujeito”, secundarizando o debate sobre poder e hegemonias, resvalando para essencialismos e particularismos (Aronowits, 1992).

Contudo a interpretação de Aronowitz (1992) sobre como Laclau (1996) reflete a morte do sujeito, comporta reticências, em que pese a crítica necessária à sua perspectiva de deslumbramento com movimentos identitários, sem nomeações contextualizadas.

Laclau (1996), considerando identidades além das diferenças e tolerâncias recíprocas, insiste nas negociações e embates entre identidades antagônicas quanto a poderes, na defesa do que chama de “democracia radical”. Não nega necessariamente o universal, mas sim a sua constituição como totalizações:

Una política democrática: una sucesión de identidades particulares y finitas que intentan asumir tareas universales que las sobrepasan; pero como resultado, no son nunca capaces de ocultar enteramente la distancia entre tareas y identidades y pueden ser siempre sustituidas por grupos alternativos (Laclau, 1996).

IDENTIDADES, FRONTEIRAS, MARGENS E DES-IDENTIFICAÇÕES – OUTRAS VOZES, À ESQUERDA

Autores que focalizam identidades específicas não se limitam a pensar o mundo necessariamente em relação aos direitos ou às culturas relativas a seus constituintes, o que questionaria o argumento de Hobsbawn (1996) quanto à não-universalidade das perspectivas por identidades. Dentro do que se convencionou chamar ‘estudos culturais’ e, nesse campo, uma literatura dialógica com o pensamento crítico marxista, ou seja, uma literatura de crítica político-cultural, conta-se com um elenco de autores que, se passam por referências em corpos específicos como a questão dos negros, das mulheres, dos jovens, da

ecologia, da cultura popular, expressões de contracultura, recusam essencialismos, negando os movimentos de compasso binário, chegando a outros aportes sobre políticas de identidades.

Por exemplo, Paul Gilroy (1994), em *The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness* postula “identidades metaculturais” apoiadas tanto na recusa às perspectivas absolutistas, que apostam no nacionalismo ou na referência étnica como vetores únicos para linguagens alternativas aos códigos das supremacias ocidentais, quanto na tese por um mundo Atlântico, para ele reinventado, a partir de uma criatividade negra que materializada em experiências compartilhadas na dominação, estender-se-ia em forma de solidariedade, transnacionalizando-se na recusa e afirmação de novos saberes, em projetos humanitários.

A história re-contada por Gilroy (1994 e 1991) sobre os negros no Ocidente e seus movimentos sociais, sugere uma lição pertinente não só para os negros mas uma contribuição para uma nova forma de fazer política na virada do século. Nessa política, o eixo central dos conflitos não seria mais a ‘raça’, mas o desafio da justiça, do desenvolvimento sustentável, das desigualdades sociais, das fronteiras que separam países desenvolvidos e pobres no mundo, e, acrescento, aquelas fronteiras que separam as exclusões, em absolutos – todas tomando materialidade na ‘raça’ e em combinações identitárias, articuladas. Cada entidade, segundo Gilroy (1994, p. 223) não seria mais considerada *como um ponto fixo absoluto, e, sim, um processo infinito de construção de identidades*.

Na contramão da postura que enfatiza as articulações, estariam abordagens que lidam com a pluralidade, como simples soma, amalgamando identidades, o que sugere, por exemplo, a referência a ‘múltiplas identidades’, conceito criticado por Bhabha (1993). Em tal

perspectiva não se atentaria para o fato de que cada categoria tem sua história (Butler, 1993 e Bhabha, 1993), práticas culturais também não permanentes.

Ademais, o contínuo negociar das identidades, o transitar entre fronteiras, não se daria por um ajuntamento mecânico, ou sem ambivalência. Essa é uma questão também explorada por autoras latino-americanas nos EEUU, latinas – as da América de cá na América de lá.⁸

O uso crítico de políticas de identidade assumiria diferentes significados quando experiências e projetos libertários são acessados. Por exemplo, leio tal qualificação em escritos de autoras como Moya (1997) sobre a perspectiva de autoras feministas chicanas (de origem mexicana e vivendo nos EEUU), recusando o uso celebratório do conceito de diferença em autores feministas e pós-modernas. Sobre aquela literatura de fronteira, Moya ressalta a preocupação com a alteridade e as análises relacionais, o que passa pela discussão das relações de poder e de classe, entre outras. Não é por acaso que Moya e outras autoras latinas, em especial as afro-latinas, insistem na expressão “*grounded politics of identity*” – o dar chão às políticas de identidade. Segundo Moya:

Comumente, teóricos e teóricas pós-modernas ou internalizam as diferenças, de forma que o individual é em si [‘herself’] visto como ‘fragmentado’ e ‘contraditório’ (e assim desconsideram distinções entre diferentes tipos de pessoas, de mulheres) ou tentam ‘subverter’ diferenças, demonstrando que ‘a diferença’ é apenas uma ilusão discursiva (e assim não deixam campo para que se argumente que as pessoas se ‘vivenciam’ como diferentes uns, umas, dos, das, outros/as). Nos dois casos, os pós-modernos re-inscrevem, quase que não intencionalmente, uma espécie de universalização da semelhança [universalizing sameness], (todos, todas, somos, agora, marginais!). Desembocam assim no que o seu uso celebratório das ‘diferenças’ tentou tão arduamente evitar (Moya, Op. cit., p. 126. Original em inglês).

⁸ Ver, entre outras, Anzaldúa, 1987 e Moya 1997. Ver, sobre alguns escritos de latinas, Castro, 2000 e Fernandez, 1994.

Referindo-se a Moraga, Moya desenvolve o argumento por teorias com corpo, territorializadas:

Diferentemente das feministas pós-modernas que entendem o conceito de 'identidade' como inerentemente e perniciosamente 'fundacional', Moraga compreende 'identidades' como relacional e aterrado ['grounded'] em fatos sociais historicamente produzidos, isto é, em localizações sociais Moya. (Op. cit., p. 127, Original em inglês).

Em outras partes de seu artigo, Moya também indica que o projeto político feminista 'terceiromundista' de Moraga enfatiza a necessidade de que as 'mulheres de cor' compreendam que

suas experiências são modeladas por relações de dominações em seus cotidianos e que essas são de distintas feições.....Assim, não advoga Moraga que se saia do, mas que se volte para, os corpos das mulheres de cor, no sentido de desenvolver o que chama de 'teoria na carne' ['theory in the flesh']. Tal projeto requer também 'examinar como essas relações se embaralham a outras relações de dominação' qual a sua 'localização social'. Diferentes referências, mas por perspectiva relacional, contribuiriam para 'uma forma não especialista de aterrizar ['to ground'] identidades de mulheres de cor (Moya, Op. cit., p. 150).

As latinas – ensaístas, cientistas sociais, artistas, e escritoras – radicalizaram a cosmovisão das fronteiras e lidam com várias margens, referindo-se tanto à sua pluralidade como as dualidades (como por exemplo economia política x cultura), as re-territorializações continuamente renegociadas, re-apresentadas (Anzaldúa, 1987), aprendendo-se a “andar-ilhar” (Castro, 2000).

Em sociedades de exclusões inclusivas, por conta de relações entre Estados, agentes econômicos do capital mundial integrado e o trabalho delineador no gênero, na raça, na etnicidade, nos desejos por sexualidade socialmente não legitimada, na migração, onde as fronteiras não estariam? E como se representariam as margens?

Também Stuart Hall (1996) destaca o que em estudos culturais viria se denominando de 'teoria de localização' (*'politics of location'*), o

destaque do lugar da fala das chamadas ‘minorias’, ou seja, aqueles em situações de subalternidade, filtradas por experiências.

Aterrizando identidades em corpos com histórias inscritas em relações sociais, ressaltam-se as configurações de poder. É nesse sentido que a analogia entre constituintes de identidade nacional e aqueles de categorias sociais micro-políticas, requer que se explicitem significados e usos políticos, considerando a complexidade de auto/altercodificações, o que é ressaltado por Said nos seguintes termos:

Há uma intimidade entre a política e o orientalismo que sugere que há uma grande probabilidade de que as idéias sobre o Oriente, imaginária do orientalismo, tenham uma utilização política... Isto coloca questões sobre a predisposição à inocência ou à culpa, desinteresse erudito ou cumplicidade de grupos de pressão em campos como os de estudos de negros ou de mulheres (Said, 1978, p. 105).

O reconhecimento faz parte da agenda de autores da crítica político-cultural que inauguraram os estudos sobre subalternidade, fronteiras e margens identitárias, na busca de agências de uma “história alternativa” ou ao recontar a história (Spivak, 1994). Spivak alinha-se, entre outros, à postura de Deleuze e Guattari, para quem a operação de codificação de identidades *não é meramente econômica* (Deleuze. In: Deleuze e Pelbart, 1994 e Guattari, 1990), advertindo, por outro lado, que, com o transnacionalismo microeletrônico, o discurso da especificidade cultural e da diferença pode ser “embalado para consumo”, circulando na academia “euro-americana”, perdendo radicalidade nas viagens, nos transnacionalismos, desde que não se considere “a heterogeneidade nativa em termos culturais”. A proposta de Spivak é a adoção de uma outra pedagogia, “des-(cons)-trutiva”, crítica, que “faça de dentro das narrativas emancipatórias dominantes”, destacando a complexidade e criatividade das mulheres, por exemplo, na “negociação com as violências”. Para tanto, valeria a “insistência em esquecer os

privilégios da elite pós-colonial em um mundo neocolonial” (Spivak, 1994).⁹

É comum a referência a identidades marcadas, na forma de identidade genérica ou de gênero, identidade étnica, identidade racial, etc. Se as categorias como gênero, geração, raça, etnicidade, referência nacional e situação migratória são entendidas não somente como sistemas de relações sociais, que envolvem exclusões, lugares em sistemas de privilégios, mas também potencialidades de linguagens para identidades coletivas, engendradas mas não enclausuradas em movimentos com culturas políticas que se singularizam, faz sentido afastar-se da herança iluminista,¹⁰ da perspectiva de identidade como posição fixa, assim como da idéia pós-moderna de identidade nômade, solta e por si. Haveria, portanto, que traçar as fronteiras entre identidades impostas, estereótipos e linguagens “des-identificadas” (Butler, 1993).

Nesse sentido, considerando a redução da agenda de muitas entidades de movimentos sociais, como os povos negros e o feminismo, na reivindicação de inclusões e cotas, corpos em lugares, codificações e números consentidos, impõe-se uma questão: Em que medida as políticas que enfocam somente discriminações por concessão de um lugar, uma cota, estariam afirmando diferenças, culturas identitárias na pluralidade ou se fixando na igualdade homogeneizadora, na assimilação ao padrão dominante? Questão que foge ao escopo destas notas.

Por outro lado, vários autores (e.g., Haraway, 1987) reconhecem que multiplicou-se o processo de fragmentação das ‘tribos’ por identidades específicas. Seguindo tal debate, uma outra questão, também aqui

⁹ Parafrazeando Spivak (1994), nós, feministas acadêmicas que estamos ao Sul, não necessariamente representamos as mulheres do Sul, ainda que “falemos” por elas.

¹⁰ Ver as referências anteriores de Plummer, 1996.

não explorada, apresenta-se: como juntar ‘tribos’ (por gênero, raça, e outras categorias) e criar nações? É desafio dos movimentos sociais que se declaram à esquerda, ou seja, com projetos de questionamento de um estado de coisa capitalista, sair da ‘tribo’, olhar outras, situá-las na nação, ou nas/entre nações, enfatizando conflitos entre lealdades e negociações, “alquimias de categorias” (segundo Castro, 1994) em perspectiva transcultural e transnacional.¹¹

Todas as reflexões precedentes alertam para o cuidado em manter-se ‘identidade’ como noção aberta (Benoist, 1977; e Bhabha, 1993) que se (re)-define criticamente, pois sugere tanto estratégia de resistência, construção de parâmetros limitados à subalternidade, como busca não mapeada por identificações singulares (ver Haraway, 1987).¹² Por outro lado, tanto no plano da combinação de categorias, como da combinação de vivências e heranças simbólicas, a exemplo dos migrantes e dos mutantes,¹³ questionam-se posições, estados fixos, defendendo-se trânsitos, o lidar com “fronteiras” (ver Anzaldúa, 1987). Mas, atentos aos cenários na economia política, portanto, não necessariamente organizados (os trânsitos) pela vontade, pelas identidades em si,¹⁴ mas

¹¹ Ver Feldman-Bianco e Capinha, 2000 e Basch *et al.*, 1994, entre outros, sobre o conceito de transnacionalidade e sobre estudos de experiências transnacionais e identidades, no âmbito de políticas de Estado e práticas coletivas.

¹² Haraway (1987, p. 73) questiona a apologia das identidades subalternas em si, ou de categorias discriminadas nos seguintes termos: *With the hard-won recognition of their social and historical constitution, gender, race, and class cannot provide the basis for belief in essential unity... Gender, race or class consciousness is an achievement forced on us by the terrible historical experience of the contradictory social realities of patriarchy, colonialism, and capitalism. And who counts as 'us' In my own rhetoric?*

¹³ Se se trata de esquerda é por mutação que se orienta a navegação, ou se deveria...

¹⁴ Anzaldúa (1987) ao falar de lugares assignados, i.e., de Chicana (filha de imigrantes mexicanos nos EEUU), de lésbica, de mulher, e de ‘mestiça’, indica a plasticidade do conceito de fronteira na perspectiva de linguagem “trans”-transcultural//transnacional: *The actual physical borderland that I'm dealing with in this book is the Texas-U.S. Southwest/Mexican border. The psychological borderlands, the sexual borderlands and the spiritual borderlands are not particular to the Southwest. In fact, the Borderlands are physically present wherever two or more culture edge each other,*

peças ou sujeitos em jogos entre poderes e cultura, em campo ajuizado na economia política.

QUESTIONANDO IDENTIDADES, ENTRANDO POR DES-IDENTIFICAÇÕES

Saindo de um debate sobre identidades que pode tender ao circular, alguns autores apresentariam postura radical, referindo-se à não-identidades e às ‘des-identificações’ (Butler, 1993). Eagleton (1995) e Butler (1993) defendem que haveria uma potencialidade transgressora contra materialidades e sentidos simbólicos impostos, quando se combinam identidades ou incursiona-se em buscas por não-identidades, ou por des-identificações. Segundo Eagleton (1995, p. 414), para uma política radical haveria que

...recusar o que Raymond Williams denominava ‘particularismo militante’– daqueles correntemente categorizados como o ‘outro’– mulheres, estrangeiros, homossexuais [acrescentaria, os negros, as negras] – que se contentariam em simplesmente demandar o reconhecimento para o que são. Mas o que é ‘ser’ uma mulher, um homossexual, um natural da Irlanda? De fato é importante reconhecer que grupos na exclusão desenvolvem certo estilo, valores, experiências de vida que sugerem uma forma de crítica política e que demandariam direito à livre expressão; contudo uma questão política radical estaria na demanda pelo igual direito ao de outros na descoberta do vir-a-ser, e não no de simplesmente assumir alguma identidade pré moldada, cuja única particularidade estaria no de ser reprimida. Todas as identidades de contestação são em parte função da opressão, como também resistência àquela opressão, o que impede que simplesmente se deixe de ser o que é. O privilégio dos opressores é seu privilégio de decidir sobre o que eles serão. É tal direito que os oprimidos deveriam demandar (Eagleton, In: Castro, 2000, p. 158).

Laclau (1994) com outras referências, já que ao contrário de Eagleton, afasta-se do marxismo, sugere também separar-se das iden-

where people of different races occupy the same territory, where under, lower, middle and upper classes touch, where the space between two individuals shrinks with intimacy. (Anzaldúa, 1987: apud Castro, 2000).

tidades ao insistir na potencialidade das explorações sobre identificações, reconhecendo a contaminação social de lógicas de dominação na afirmação de identidades de ‘minorias’ (o que, por outro ângulo, é explorado em Foucault sobre poder e conhecimento). Os debates de Laclau sobre identificação são subsidiários do conhecimento psicanalítico.¹⁵

Insisto que o questionamento de Eagleton (1995) sobre identidades move-se no plano da dialética, insistindo em relacionar cultura, economia política e projetos que se oponham à “arrogância do poder”, destacando que para a construção das não-identidades são importantes as identidades entre os subalternos através de seus signos próprios, gritos primeiros de lugares reconhecidos – lugares impostos/lugares em negação/lugares re-apropriados.

Então volto ao tema nuclear, ou que deveria ter sido, deste ensaio – notas sobre políticas de identidade, no sentido de dar um pouco de corpo-terra a tais palavras. É o que tento na próxima seção.

ATERRANDO O CONCEITO – ALGO SOBRE POLÍTICA DE IDENTIDADES NOS EEUU

O escritor marxista, L.A Kauffman, em artigo publicado na *Socialist Review* (1999), traça a história das políticas de identidade nos E-

¹⁵ *Problems of social dislocation would thus be seen in terms of the contradictory locations of the social agents, not in terms of a radical lack threatening the very identity of the social agents, not in terms of a radical lack threatening the very identity of those agents. If, however, the basic question of the social were to be posed at this last level, all social conflict would have to be considered not only from the viewpoint of the contradictory –claims, but also from that of the deconstruction of the social identities that the conflict would bring about. For if all social conflict were, necessarily, to provoke a certain deconstruction of social identities, and if a conflict-free situation were, now, incompatible with any form of society, it would follow that any social identity would necessarily entail, as one of its dimensions, construction, and not simply recognition. The key term for understanding this process of construction is the psychoanalytic category of **identification**, with its explicit assertion of a lack at the root of any identity and insurmountable lack of identity. (Laclau, 1996, p. 3).*

EUU, ressaltando como no período das lutas pelos direitos civis nos anos 50 e 60 tais políticas renovaram a esquerda, enfatizando que identidades “quer individuais quer coletivas, deveriam constituir-se em princípio central para um ponto de vista e prática político radical” (Kauffman, 1999, p. 67). Segundo ele, isto ocorre quando uma série de temas não considerados nas formas clássicas de fazer política, como sexualidade, relações interpessoais, estilo de vida e cultura – o *self*, as experiências subjetivas, politizaram-se tornando questões do cotidiano em sítios de contestação política. Segundo Kauffman:

Para alguns, tal enfoque apontou para uma síntese entre o pessoal e o político. A politização de temas antes vistos como externos à política, teria aberto a possibilidade para desafios mais radicais à formas de dominação e exclusão, tais como o racismo, o sexismo, a homofobia... (Kauffman, 1999, p. 67).

Mas Kauffman sugere que, em tempos recentes, permutaram-se sentidos de políticas de identidade para o que ele chama de “anti-políticas de identidade”, afastando-se do terreno da contestação contra estruturas e instituições de poder (como o Estado, o capitalismo) e ganhando terreno uma introspecção apolítica – ou seja fora da ‘res’, da contestação no âmbito da coisa pública, o que resultaria, por outro lado, na dispersão de energias políticas.

Tal tendência em expansão nos EEUU há algum tempo seria apontada por vários autores como obstáculo ao desenvolvimento de uma frente política mais progressista, em termos de um projeto de esquerda.

No discurso sobre desigualdades e por inclusão, deixar-se-ia de lado a crítica ao papel das instituições nacionais e internacionais na reprodução das discriminações e desigualdades, tendendo-se, portanto, a um certo culturalismo.

Kauffman observa que enquanto Marx na ‘Ideologia Alemã’ referira-se aos efeitos transformativos da revolução sobre o “self”, sobre o eu, a Nova Esquerda nos 60/70 ressaltaria os efeitos revolucionários de transformar o “self”, o eu (1999, p. 75).¹⁶

Em finais dos anos 70 e nos anos 80, proliferaram, progressivamente, nos EEUU e em outras partes, políticas de identidades difusas e também mais filtradas, de divorciadas da tradição histórica de fazer política nomeando antagonismos institucionais, como, no caso da América Latina, o Estado, as instituições capitalistas, as agências do capitalismo internacional. Ou seja, perdeu-se gradativamente aquele jogo de cintura de circular entre o micro e a macro política.

Focalizar identidades tem sido de fato eficaz e potencializadora quando as políticas de identidade são construídas como uma afirmação ativa de experiências, dignidade e direitos de pessoas que historicamente foram marginalizadas e excluídas, como os povos de cor, os gays e as lésbicas e os chamados ‘deficientes físicos’. Tomando por empréstimo as palavras de Michelle Cliff, este tipo de políticas envolveria não somente ‘exigir uma identidade que me foi roubada e sobre a qual eu fui ensinada a desprezar’, através da educação e outros referentes, mas também necessitaria um confronto direto com grupos e instituições que por diversos meios suportaram, ou toleraram tais formas de discriminação, ódio e exclusão. (Kauffman, 1999, p. 76).

O mais complexo e irônico, hoje, des-localizando o debate para América Latina, é que muitas agências internacionais que apoiam, por exemplo, programas contra discriminações e estimulam organizações não-governamentais a atuarem em políticas de identidades, são agentes

¹⁶ O problema em tempos recentes, em particular para áreas como a América Latina, é que um cenário de economia política mais excludente imporia limites rígidos ao gozo do eu revolucionado, transformado. As violências públicas limitam o exercício da minha nova identidade, deixar navegar o corpo, o gozar à noite, fazer a festa.

ativos de sustentação de um cenário de economia político e cultural que colabora para a reprodução das exclusões sociais.¹⁷

VOLTANDO – RE-ENTRANDO OU SAINDO – DE MACONDO

Note-se que a preocupação de vários autores que aportam criticamente sobre a perspectiva da política de identidade ou sobre a relação entre identidades e ação coletiva, ou mesmo o debate sobre identidades não significa o seu descarte, mas colocar tais verbetes sob *'erasure'* (Hall, 1996), subordinados a qualificações de termos, processos constituintes, datações, referências a materialidades, histórias e projetos. Alguns, como Kaufman (1998) re-visitam criticamente posturas sobre políticas de identidades, com a intenção de estimular o desafio

das sínteses radicais entre as políticas de identidades dos novos movimentos sociais e a tradição de privilegiar a esfera pública como arena de pugna política, que vem dos socialistas e dos anteriores movimentos sociais, juntando também o transformar-se com o movimento de transformar o mundo (Kauffman, 1999, p. 79).

Outros também apostam em movimento e utopias, mas recusam sínteses e quando muito preferem trânsitos, combinações entre “identidades parcializadas” (Hall, 1996), rejeitando identidades impostas, já que toda identidade em espaço demarcado por relações de poder está limitada aos constructos de tal linguagem. Assim, enfatizam-se experiências, políticas de localização que passam pelo corpo, por situações e projetos de classe. Assim, através de orientações bem distintas ainda que recorrendo de alguma forma a uma herança marxista, autores como Butler e Eagleton se não descartam, são bastante críticos de noções como identidades e políticas de identidade e, por cami-

¹⁷ Reflexão que mais desenvolvo tendo como foco o feminismo na América Latina – ver Castro, 1997

nhos distintos, apostam em des-identidades (Buttler, 1993) ou em não-identidades (Eagleton, 1990).

Butler (1993) quanto às políticas no feminismo, questiona essencialismos e elementos constituintes silenciados, como a normalidade assumida do contrato heterossexual nas referências a gênero, em que se oculta “outros” em “outros”. Eagleton (1990), de alinhamento marxista, preocupa-se em delimitar terrenos, em analisar as relações sociais de poder/dominação que colaboram para demarcar territórios, mesmo para identidades ditas contestatárias.

Anzaldúa e Moya (1997), entre outras autoras latinas, também questionam políticas de identidade que não passem pelo crivo de ‘políticas de localização’ – *‘politics of location’* – ou “teorizações na carne” o que também é enfatizado por Hall (1996) e Gilroy (1994). Moya sublinha que se experiências informam projetos, experiências em corpos negros em mundo de branco, experiências forjadas em relações de dominação, também essas não são passaporte para outros cenários, mas podem informar remodelações de universais, das humanidades.

Em distintos autores, reafirma-se a preocupação com o trânsito entre particularidades identitárias e os universais éticos, humanitários, ou seja, re-afirmar chãos mínimos comuns – mas também baixo “*erasure*” (Hall, Op. cit.), em re-construção. Tal dialética é um dos desafios nucleares das esquerdas, em tempos de reconstrução de barbáries, em tempos neoliberais. Tal desafio, é enfrentado por caminhos diferentes, por autores que, através de diferentes referências, inclusive sem acordos entre eles/elas, como os aqui mencionados, reconhecem que as políticas de identidade queiramos ou não são marcas da contemporaneidade e tenderão a se afirmar, mas que exigem qualificações e, insiste-se, não se sustentam por si, e têm campo limitado se não se questiona a

política, políticas, o Estado, o estado de coisas – se não se “rachar[em] as coisas e liberar[em] vetores que são os da terra” (Deleuze, 1993).

Difícil, em práticas sociais, é o gesto, jogar em terras, os corpos, o *corpus*, tentar não-identidades, enfrentar outras identidades em processo de identificações de políticas por identidades, fazer nexos com universais em falta, e.g., justiça social (Hobsbawn, 1996), democracia (Laclau, 1994) socialismo (Hobsbawn, 1996; Aronowitz, 1999; e Kaufmman, 1999), condições de trânsito libertário por cultura/contra culturas (Anzaldúa, 1987), entre outros.

Volto, então, à citação inicial de Garcia Marques neste texto. Talvez mais importante que grudar rótulos, nominar as coisas, de forma a não se perder a memória dos seus objetivos, seria estar mais atentos no grudar coisas, as práticas aos nomes, aos discursos, à retórica.

Reivindica-se, portanto, certa insônia contra a despolitização das políticas de identidade ou sua retirada do campo da esquerda, mas sua força como estilo para renová-la. Quando, por exemplo, recorre-se a questões de cidadania em organizações como partidos e sindicatos, tal postura pode qualificar e ampliar a agenda ou pode derivar numa substituição do discurso de classe. Volta “a praga” da perda de memória.

Mais do que nos anos 60, a referência hoje à política de identidades requer, insisto, qualificações, saber o lugar da solidariedade, saber como se lida com a alteridade, como forjar combinações entre diversidade e assimetria de recursos e de poder, como recorrer a questão das alianças entre os subalternos no resgate da nação, a importância de reconstrução das esquerdas e a necessária análise dos cenários da economia política, considerando o extraordinário aumento dos pobres, ancorando-se, portanto, os princípios aos tempos e aos processos.

Assim, foi um cigano de pele escura que salvou Macondo, e foi uma velha mulher indígena – aliás sem nome na novela de Garcia Marques – que cuidou da mulher branca, Rebeca, quando esta, desmemoriada em sua insônia vazia, difundia a praga, *el olvido*. E a velha indígena não falava com Rebeca sobre seu passado – aliás, mulher tem passado ou referência imaginada como outras identidades? Qual a África das mulheres? A velha mulher dos povos originários não falava sobre o que ela foi, mas contava a Rebeca sobre seu futuro, sobre o que ela poderia vir a ser, e, através das poções mágicas, lhe dava projetos por que sonhar, permitindo identidades em aberto, a construir, ou referências para além das identidades herdadas, conhecidas, para des-identificações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMOVAY, Míria, CASTRO, Mary Garcia. **Engendrando um novo feminismo. mulheres líderes de base**. Brasília, UNESCO, 1998.
- ANZALDUA, Gloria. **Borderlands. La Frontera. The new mestiza**. New York: Aunt Lutte, 1987.
- ARONOWITZ, Stanley. **The politics of identity: class, culture, social movements** New York: Routledge, 1992.
- ARONOWITZ, Stanley. **From the ashes! Of the old! American labor and America's Future**. New York: Houghton, 1998.
- BASCH, Linda et al. **Nations unbound. Transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized nation-states**. Amsterdam: OPA, 1994.
- BHABHA, Homi. Between identities – interview by Paul Thompso. In: BENMAYOR, Rina, SKOTNES, Andor (Ed.) **International yearbook of oral history and life stories**, 1993, v. 3 (Special Issue on Identity and Migration).
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter. On the discursive limits of 'sex'**. New York: Routledge, 1993.
- CASTRO, Mary Garcia. The alchemy of social categories in the production of political subjects: class, gender, race and generation in the case of domestic workers' union leaders. In: Salvador, Bahia, Brazil. **The European Journal of Development Research**. Londres, 1993, v. 5, n. 2, p. 1-22, dez.

- CASTRO, Mary Garcia. Le pouvoir des genres à l'époque du néo-libéralisme: une réflexion de Gauche sur les Féminismes em Amérique Latine. **Alternatives Sud, Cahiers**, [s.l.] 1998a, v. 4, p. 45-64.
- CASTRO, Mary Garcia. ONGs - quando o povo, poder e projetos fazem a diferença. **Bahia, Análise & Dados-SEI**, Salvador, v. 7, n. 4, p. 26-38, mar., 1998b.
- CASTRO, Mary Garcia. Transidentidades no local globalizado. Não identidades, margens e fronteiras: vozes de mulheres latinas nos E.U.A. In: FELDMAN-BIANCO, B. CAPINHA, G. (Orgs). **Identidades: estudos de cultura e poder**, São Paulo: Hucitec, 2000.
- DELEUZE, Gilles, PELBART, Peter Pal. **Conversações**. São Paulo: Ed 34, 1994.
- EAGLETON, Terry. **The ideology of aesthetic**. Blackwell: Oxford, 1990.
- FELDMAN-BIANCO, B. CAPINHA, G. (Orgs). **Identidades: estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FERNANDEZ, Roberta (Ed). **In other words. Literature by latinas in the United States**. Houston: Arte Publico, 1993.
- GARCIA MARQUEZ, Gabriel. **Cem Anos de Solidão**, Rio de Janeiro: Record, 1967
- GILROY, Paul. **There ain't no black in the union jack' the cultural politics of race and nation**. Chicago: The University of Chicago, 1991.
- GILROY, Paul. **The black atlantic: modernity and double consciousness**. Londres: Verso, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 1990.
- HALL, Stuart, GAY, Paul du. **Questions of cultural identity**. Londres: Sage, 1996.
- HALL, Stuart. The local and the global: globalization and ethnicity. In: McLINTOCK, Anne, et al. **Dangerous liaisons. Gender, nation & postcolonial perspectives**. Minneapolis: Minnesota, 1998.
- HARAWAY, Donna. A manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980s. In: HARLAW, Barbara, **Resistance literature**. New York: Nethwiers, 1987.
- HOBSBAWN, Eric. **The age of extremes. The short twenty century, 1914-1991**. Londres: Verso, 1994.
- HOBSBAWN, Eric. La política de la identidad y la izquierda. **Debate Feminista**, [s.l.], v. 14, n. 7, p. 86-100, Oct., 1993.
- KAUFFMAN, L. A. The anti politics of identity. **Socialist Review**, [s.l.], p. 67-80, 1999.
- LACLAU, Ernesto. **The making of political identities**. Londres: Verso, 1994.
- LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.) **Tendências impasses. O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

MORAGA, Cherrie, ANZALDUA, Gloria (Eds). **This bridge called my back. Writings by radical women of color.** Water Town: Persephone, 1983.

MOUFFE, Chantal. **The returns of the political.** Londres: Verso, 1994.

MOYA, Paula M.L. Postmodernism, “realism” and the politics of identity: Cherrie Moraga and Chicana Feminism. In: ALEXANDER, M. Jacqui, MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures.** New York: Routledge, 1993.

PINTO, Célia Regina. Para além da tolerância. **Caderno CRH**, Salvador, n. 32, 2000.

PLUMMER, Ken. Identidade. In: OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: -Zahar, 1996.

RARITE, Alejandro, MUÑOZ, Irene Inez. El discurso Zapatista, um discurso pós-moderno? In: UNIVERSIDADE de Buenos Aires-Proyectos de Investigación, Buenos Aires, 2000 (a ser publicado).

SAID, Edward. **Culture and imperialism.** New York: Vintage, 1993.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000a.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Who claims alterity? In: KRUGER, Barbara, MARIAN, Phil (Eds) **Discussions on contemporary arts.** Londres: Dia Art, 1991.